

07

Despatologizações da homossexualidade e da transexualidade: movimentos sociais e questões identitárias

Depathologization of homosexuality
and transsexuality: social
movements and identity issues

Maria Clara Brito da Gama

Doutora em Sociologia (IESP/UERJ)

Coordenadora da equipe de comunicação do Centro Latino-Americanano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)

E-mail: mariaclaragama@yahoo.com.br

Resumo

O artigo reflete sobre as possíveis razões que levaram a despatologização da homossexualidade ser reconhecida mais de duas décadas antes da despatologização da transexualidade. Entre essas hipóteses, estão: o pioneirismo dos movimentos em torno da orientação sexual em relação aos movimentos concernentes à identidade de gênero; conflitos identitários entre identidades que constituem as minorias sexuais, que contribuíram para a exclusão de determinadas identidades na primeira década de atuação desses movimentos, principalmente aquelas constituídas em torno da identidade de gênero; maior rejeição social em relação às identidades de gênero não hegemônicas do que em relação às orientações sexuais não hegemônicas, na medida em que as primeiras são concebidas como mais ameaçadoras ao sistema dicotômico de gênero e à dominação masculina.

Palavras-chave: Identidade de gênero. Orientação sexual. Despatologização da homossexualidade. Despatologização da transexualidade. Contextualizações históricas.

Abstract

The article reflects about the reasons that led to the depathologization of homosexuality being recognized more than two decades before the depathologization of

transsexuality. Among these hypotheses are: the pioneering of movements around sexual orientation in relation to movements concerning gender identity; identity conflicts between identities that constitute sexual minorities, which contributed to the exclusion of certain identities in the first decade of these movements' activity, mainly those constituted around gender identity; greater social rejection in relation to non-hegemonic gender identities than in relation to non-hegemonic sexual orientations, as the former are conceived as more threatening to the dichotomous gender system and male domination.

Keywords: Gender identity. Sexual orientation. Depathologization of homosexuality. Depathologization of transsexuality. Historical contextualizations.

Introdução

Com o desenvolvimento da modernidade se desenvolveu também o dispositivo da sexualidade. Segundo o autor Michel Foucault (1980), a partir do século XVII, diversas instituições passaram a refletir sobre o sexo e produzir discursos em torno desta temática. Tais discursos, proferidos por instituições religiosas, médicas, pedagógicas, legais, entre outras, foram constituindo redes de saberes e poderes que passaram a incidir sobre indivíduos e coletividades,

moldando comportamentos, constrangendo ações, incitando emoções, criando, com o decorrer do tempo, conjuntos de normatividades. Tais normatividades foram classificando algumas práticas como corretas e sadias, e outras como incorretas, imorais e patológicas. Segundo Foucault (1980), a família nuclear burguesa, monogâmica e patriarcal se tornou o modelo ideal de sexualidade.

Contudo, o desenvolvimento da modernidade também trouxe, pelo menos em termos de imaginários coletivos, a promessa de um mundo mais livre, igualitário, no qual todos possuem direitos. Esta ideia está sintetizada no lema da revolução francesa. Nestes contextos de transformações sociais, nos quais as tradições vão cedendo lugar à modernidade, os indivíduos tendem a se individualizarem cada vez mais, passando a desempenharem atividades produtivas que não necessariamente estão vinculadas às atividades profissionais dos seus pais. Os indivíduos passam a se diferenciarem não apenas através de suas famílias, mas a partir de escolhas pessoais e engajamentos em grupos diversos (Domingues, 2009). Assim, à medida que os valores da modernidade se difundiram, movimentos sociais de grupos desprovidos de direitos emergiram e passaram a lutar por estes.

No caso dos movimentos homossexuais, travestis e transexuais, a despatologização da homossexualidade e da transexualidade estiveram entre as principais bandeiras

de luta. Entretanto, enquanto a despatologização da homossexualidade foi reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina em 1985, pela Organização Mundial de Saúde em 1990 e pelo Conselho Federal de Psicologia em 1999 (Gama, 2019), a despatologização da transexualidade só foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde em 2019 (Organização Mundial de Saúde, CID -11, 2019).

Assim, este artigo visa refletir sobre as razões que levaram a despatologização da homossexualidade a ser reconhecida mais de duas décadas antes da despatologização da transexualidade. Mais do que apresentar respostas fechadas e completas para esta questão, o artigo visa levantar hipótese e questões para reflexões.

Uma das hipóteses é que o fato do movimento homossexual ter se desenvolvido antes do movimento de travestis e de pessoas trans foi responsável pela precedência das lutas em torno da orientação sexual em relação às lutas em torno da identidade de gênero. Isto porque movimentos homossexuais realizaram diversas ações pressionando as autoridades médicas visando estas despatologizações antes das mobilizações dos movimentos trans neste sentido.

A segunda hipótese, relacionada à primeira, é que conflitos identitários entre homossexuais e travestis dificultaram a entrada destas últimas no Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). O fato destas não terem ingressado no

MHB acabou atrasando a articulação em torno da despatologização da transexualidade (Carvalho; Carrara, 2013).

A terceira hipótese é que, assim como há maior rejeição em relação aos homossexuais efeminados do que em relação aos homossexuais discretos (Fry; MacRae, 1985), há maior rejeição social em relação às identidades de gênero não hegemônicas do que em relação às orientações sexuais não hegemônicas (Carvalho; Carrara, 2013). Essas hipóteses serão desenvolvidas ao longo do artigo.

O estudo apresentado nesse artigo foi baseado em pesquisas bibliográficas sobre o tema tratado. Foram levantados alguns trabalhos reconhecidos como referências na temática pesquisada, principalmente nas áreas da antropologia, sociologia, história e saúde coletiva. As referências bibliográficas contidas nessas reconhecidas pesquisas foram nos conduzindo a novos estudos. Além disso, seguimos as sugestões, às quais agradecemos, das/os pareceristas anônimas/os da Revista Bagoas, e incorporamos a literatura recomendada por elas/eles. Também pesquisamos sites de órgãos de saúde nacionais e internacionais, assim como as resoluções concernentes às classificações de doenças citadas na pesquisa.

Além dessa introdução, o artigo foi organizado do seguinte modo: na seção inicial são apresentados alguns dos aportes teóricos e conceitos que nortearam a pesquisa.

Entre os autores estão Foucault (1980), Butler (1999), Welzer-Lang (2001), entre outros. Entre os conceitos fundamentais, encontram-se “orientação sexual”, “identidade de gênero”, “homofobia”, “lgbtqiapn+fobia” e “minorias sexuais”.

Após apresentar as definições desses conceitos, segue-se uma seção voltada a reconstituições históricas, questões identitárias e processos de despatologização. Essa seção apresenta subseções, sendo a primeira, dedicada à contextualização do surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro, considerando as identidades que o constituem, bem como as relações entre essas. Em seguida, há a reconstituição do processo de despatologização da homossexualidade, com a apresentação de marcos internacionais e nacionais. A outra subseção contextualiza o desenvolvimento dos movimentos de travestis e transexuais no Brasil. Logo depois, passa-se à reconstituição do processo de despatologização da transexualidade, considerando também marcos internacionais e nacionais.

A seção subsequente apresenta hipóteses e reflexões sobre as razões pelas quais a homossexualidade foi despatologizada mais de duas décadas antes da despatologização da transexualidade. As conclusões apresentam algumas sínteses das reflexões e descobertas dessa pesquisa. Entre essas, destacamos o pioneirismo dos movimentos homossexuais em relação aos movimentos transexuais; tensões identitárias

entre determinadas identidades que compõem as minorias sexuais, fator que contribuiu para a suas exclusões desses movimentos durante anos; maior rejeição social em relação a identidades de gênero não hegemônicas do que em relação a orientações sexuais não hegemônicas, pois aquelas são vistas como mais ameaçadores para o sistema dicotômico de gênero e para a dominação masculina do que essas.

1. Aportes teóricos e conceitos fundamentais

Um dos principais autores que estudou a emergência da sexualidade moderna foi Michel Foucault (1980). O autor analisou transformações a partir do século XVII que engendraram o dispositivo da sexualidade.

Inspirada por Foucault, Judith Butler, no livro *Problema de gênero* (1999), argumentou que as categorias sexo e gênero são socialmente construídas a partir de um padrão centrado no falocentrismo e na heterossexualidade obrigatória. Butler destaca que o sexo tem sido concebido socialmente como algo inato ao indivíduo, enquanto o gênero como algo adquirido culturalmente, a partir da internalização de papéis. Butler critica a ideia de que o sexo seria inato, natural, enquanto o gênero seria construído, afirmando que ambos são construídos.

Segundo Butler (1999), o dispositivo da sexualidade moderna se baseia no binarismo de gênero, que concebe

a existência de dois gêneros, o masculino e o feminino. O binarismo de gênero sustentaria implicitamente a ideia de uma correspondência entre sexo e gênero, na qual o segundo refletiria necessariamente o primeiro. O desejo completaria a tríade: para cada sexo, há um gênero correspondente, acompanhado pelo respectivo desejo, naturalmente heterossexual. Assim, os indivíduos que não apresentam correspondência entre seu sexo biológico, o gênero e o desejo heterossexual, passam ser considerados desviantes.

Daniel Welzer-Lang (2001) também questionou as concepções naturalistas e essencialistas relacionadas ao gênero e ao heterossexismo. Ele afirmou que as relações de gênero se baseiam em um duplo paradigma. Por um lado, há uma rígida fronteira entre os gêneros masculino e feminino, que hierarquiza a ambos, colocando o primeiro como superior ao segundo. Por outro, há uma visão de mundo segundo a qual a sexualidade considerada natural e normal é a heterossexualidade, enquanto as demais sexualidades são consideradas anormais.

Welzer-Lang afirma que a classificação dos indivíduos a partir do gênero é mantida de formas violentas e perpetua a dominação masculina. Estas violências incidem sobre mulheres e homens, sendo constitutiva do processo de socialização destes. As mulheres seguem diversas regras de recato e submissão. Os homens, por suas vezes, são pressionados a

terem performances viris e a se afastarem de características associadas à feminilidade, sob o risco de se assemelharem às mulheres e receberem os mesmos tratamentos que essas. Segundo Welzer-Lang (2001), homens pouco viris podem ser associados às mulheres ou aos homossexuais.

No que concerne aos conceitos empregados nesta pesquisa, entendemos o heterossexismo segundo Welzer-Lang (2001), que o define como a defesa incessante, por parte de instituições e de indivíduos, da superioridade da heterossexualidade em relação à homossexualidade.

A homofobia, por sua vez, diz respeito à rejeição aos homossexuais, além da discriminação de pessoas que exibam características atribuídas ao outro gênero que não o seu (Idem, 2001). O conceito de homofobia passou a ser empregado no Brasil pela mídia e movimentos LGBTQIAPN+ a partir dos anos 1990 (Silva Júnior, 2013). Com o fortalecimento dos movimentos LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e demais orientações sexuais e identidades de gênero não hegemônicas) surgiram demandas para combater especificamente a lesbifobia (concernente às discriminações em relação às mulheres lésbicas), a bifobia (referente às discriminações das pessoas bissexuais e pansexuais) e a transfobia (relacionada às discriminações das pessoas trans e intersexo) (Facchini,

2018). Assim, os movimentos LGBTQIAPN+ chegaram ao emprego do termo lgbtqiapn+fobia, que abrange as discriminações contra todas as identidades que constituem estes movimentos.

Os conceitos orientação sexual e identidade de gênero são concebidos nesta pesquisa de acordo com as definições dos Princípios de Yogyakarta, legislação internacional concernente aos direitos humanos desde 2006. A orientação sexual se refere às atrações sexuais e emocionais sentidas por indivíduos em relação a outro/s indivíduos. A homossexualidade implica na atração de um indivíduo por outro(s) do mesmo gênero; heterossexualidade, à atração de um indivíduo por outro(s) de gênero diferente; bissexualidade e pansexualidade podem ser definidas como a atração individual por indivíduos de mais de um gênero (Princípios de Yogyakarta, 2007).

Já a identidade de gênero não concerne à atração sexual e amorosa, mas a sentimentos subjetivos dos indivíduos sobre si mesmos, que implicam nas autoidentificações em relação aos respectivos gêneros. Indivíduos que se identificam com o gênero que lhes foram atribuídos socialmente, são cisgênero. Caso não se identifiquem, são transexuais (Idem, 2007).

Constituem as “minorias sexuais” diferentes indivíduos cujas orientações sexuais e identidades de gênero se situam fora dos padrões heterossexuais e cissexuais (Silva Júnior, 2013).

2. Contextualizações históricas, questões identitárias e processos de despatologizações

2.1. O surgimento do movimento homossexual brasileiro

A partir da década de 1950 passaram a se desenvolver nas grandes cidades brasileiras espaços de sociabilidade homoerótica. Embora essa movimentação em torno da sociabilização homossexual não possuísse caráter político, tratou-se de um período de troca de informações e apoio entre pessoas que sofriam preconceitos em relação às suas orientações sexuais, identidades e performances de gênero (Simões; Facchini, 2009; Gomes, 2016). Além disto, tais espaços representavam redutos de resistência das minorias性uais, onde os frequentadores se sentiam livres para ser o que quisessem; liberdade que não encontravam em outros lugares (Soliva, 2018, p. 125).

A partir de meados da década de 1970, com o retorno de intelectuais e artistas do exílio, no contexto da reabertura política, passaram a surgir grupos com propostas de discussões e de atuações políticas no que se refere à homossexualidade. Em 1978, dois acontecimentos são reconhecidos por pesquisadores e militantes como marcos do início do movimento político em torno da homossexualidade no Brasil. Este movimento ficou conhecido na época como

Movimento Homossexual Brasileiro. Estes acontecimentos foram o lançamento do jornal “O Lampião” e o surgimento do grupo “Somos” (Simões; Fachinni, 2009; Trevisan, 2011).

O grupo “Somos” foi formado em São Paulo, após um debate ocorrido na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Inicialmente composto por homens gays, passou rapidamente a ser integrado também por mulheres lésbicas (Trevisan, 2011). O jornal “O Lampião”, por sua vez, foi editado por intelectuais e artistas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. O jornal tratava principalmente de questões referentes à homossexualidade, mas abordava também temas polêmicos como a descriminalização das drogas, a prostituição, o racismo, entre outros (Trevisan, 2011).

O grupo “Somos” inspirou outros grupos de militância homossexual, como por exemplo, o Gatho, grupo militante gay formado em Recife, em 1980. O Gatho foi criado visando criar estratégias para reagir à violência sofrida pelos homossexuais em Recife e à cobertura midiática, que culpabilizava as vítimas. O grupo desenvolveu laços com movimentos negros, feministas e partidos de esquerda, além de ter se engajado em importantes frentes da luta homossexual. O Gatho apoiou a reivindicação do Movimento Homossexual Brasileiro perante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), entre 1987 e 1988, que visava incluir no texto da nova Constituição Federal a proibição de

discriminar pessoas em razão da orientação sexual. Essa reivindicação foi sustentada também, principalmente, por mais dois outros grupos, o Triângulo Rosa, radicado no Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia, localizado em Salvador. O Gatho também participou dos debates em torno da construção da Lei Orgânica do Município de Olinda, conseguindo aprovar a inclusão da proibição de discriminação devido à orientação sexual no município, em 1990 (Medrado et al, 2022).

Outro grupo que teve e ainda possui enorme proeminência é o Grupo Gay da Bahia (GGB). Este grupo não foi o primeiro a se formar, mas se tornou o mais antigo em funcionamento, com uma atuação ininterrupta. Foi o primeiro grupo que assumiu o formato de Organização não governamental (ONG). Conforme destacado acima, o GGB participou junto ao Triângulo Rosa, ao Gatho e a outros grupos militantes da campanha às vésperas da ANC para incluir na Constituição Federal de 1988 a proibição de discriminação devido à orientação sexual. Enquanto se preparavam para a campanha, os grupos militantes consultaram antropólogos em diferentes universidades brasileiras a respeito do termo “orientação sexual”. Os especialistas consultados validaram a pertinência da expressão e manifestaram apoio à luta dos militantes. A Associação

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) também apoiou essa reivindicação.

Liderado pelo antropólogo Luis Mott, o GGB encampou uma luta vitoriosa pela despatologização da homossexualidade no Brasil, em 1985, perante o Conselho Federal de Medicina, conforme veremos na seção sobre a despatologização da homossexualidade. Além disso, o GGB trabalhou na prevenção do HIV/aids junto às minorias sexuais. Atuou divulgando informações sobre a homo e a transexualidade, visando combater preconceitos. Ademais, mantém ativo em seu site o “Observatório da violência” (Grupo Gay da Bahia, s/d) que mapeia dados sobre violências lgbtqiapn+fóbicas (Mott, 2018).

O Grupo Dialogay, em Aracaju, foi fundado em 1981 sob a influência do *Lampião da Esquina* e do Grupo Gay da Bahia. Primeiramente, seu fundador, Wellington Andrade, conheceu o jornal o *Lampião da Esquina*, e se tornou representante desse em Aracaju. A partir desse fato, Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia, ficou sabendo que Andrade estava divulgando esse importante jornal gay e o procurou para sugerir que ele montasse um grupo de militância homossexual na capital de Sergipe, nos moldes do grupo que Mott fundou em Salvador. E assim, surgiu o Dialogay. Embora tenha tido uma atuação breve, compreendida entre 1981 e 1983, o grupo ofertou palestras sobre questões relacionadas à

homossexualidade e contribuiu com dados sobre a violência contra homossexuais no estado de Sergipe, para o banco de dados montado pelo Grupo Gay da Bahia (Cardoso, 2021).

Logo na primeira fase do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) ocorreram encontros nacionais que reuniram esses e outros grupos militantes, contribuindo para o fortalecimento do movimento. Conforme destacado anteriormente, as primeiras reivindicações do MHB foram desenvolvidas nestes encontros, e consistiram na despatologização da homossexualidade, a partir da sua retirada de manuais de classificação de doença mental, elaborados por órgãos de saúde nacionais e internacionais e a inclusão no texto constitucional de 1988 da proibição de discriminar pessoas em decorrência da orientação sexual destas (Fachinni, 2005).

Neste período, tensões entre identidades que constituíam o então Movimento Homossexual Brasileiro levaram a rupturas e rearranjos entre grupos militantes (Trevisan, 2011). Entre estas, destacam-se as tensões entre lésbicas e gays. No grupo “Somos”, por exemplo, as lésbicas se incomodavam com comportamentos machistas por parte dos gays. Por esta razão, acabaram por formar um grupo independente, o GALF, Grupo de Ação Lésbica Feminista (Fernandes, 2018).

Ainda sobre as questões identitárias, no início do Movimento Homossexual Brasileiro, os bissexuais eram vistos com desconfiança pelos gays e lésbicas. Eles eram acusados de serem indecisos e de enfraquecerem o movimento homossexual por não se posicionarem (Trevisan, 2011). A letra B, de bissexuais, só foi incluída nos movimentos das minorias sexuais em 2005 (Simões; Facchini, 2009).

Neste período as travestis também foram excluídas. Os gays e lésbicas militantes tinham alto grau de escolaridade e pertenciam às camadas médias e altas. As travestis, de modo geral, eram marginalizadas, sendo também menos escolarizadas. Além disto, estas tinham posturas mais contestatórias, o que reforçava o afastamento por parte dos gays, que buscavam maior credibilidade social (Carvalho; Carrara, 2013). Quando o Movimento Homossexual Brasileiro participou da Assembleia Nacional Constituinte, o seu representante, João Antônio Mascarenhas, fez questão de estabelecer distinções entre os gays, aos quais representava, e as travestis (Câmara, 2002; Gama, 2022).

No contexto da Constituinte, a travestilidade era concebida como orientação sexual, e não como identidade de gênero. As travestis eram vistas como se fossem homens gays espalhafatosos. Atualmente, a travestilidade e a transexualidade são concebidas como identidades de gênero, devido às contribuições dos estudos *queer*, que a partir da

década de 1990 começaram a serem difundidos no Brasil (Colling, 2018).

As travestis só foram formalmente incluídas na sigla dos movimentos das minorias sexuais em 1995 (Simões; Facchini, 2009). Neste período, as pessoas transexuais seguiam invisibilizadas, conforme veremos ao contextualizarmos os movimentos transexuais brasileiros.

2.2. A despatologização da homossexualidade

Conforme destacado, Foucault (1980) relacionou a proliferação de discursos sobre o sexo ao desenvolvimento do dispositivo da sexualidade moderna. Esta última é constituída por redes de saberes e poderes que normatizam e normalizam a sexualidade. Neste contexto, a heterossexualidade foi considerada exemplo de sexualidade sadia, enquanto as demais sexualidades foram classificadas como desviantes. Neste período surgiu o conceito de “homossexual”, que passou a classificar as pessoas a partir de seus desejos e práticas sexuais. Este conceito era amplo, sendo capaz de explicar traços da personalidade daquele classificado enquanto tal. “Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (Foucault, 1980, p. 43). Sua sexualidade passou a explicar sua subjetividade, suas condutas e até mesmo sua morfologia. Sua orientação sexual passou a revelar a verdadeira essência do seu ser.

Se antes da era moderna a sodomia era punida pela igreja católica (Trevisan, 2011), com o advento da modernidade surgiu o “homossexual” e o discurso científico se apoderou deste último, analisando-o, classificando-o e patologizando-o (Foucault, 1980).

Foi em 1948, contudo, que a Organização Mundial de Saúde incluiu a homossexualidade, sob o termo “homossexualismo”, na 6^a Revisão da Classificação Internacional das Doenças (CID). O termo foi incluído na categoria 320, intitulada “personalidade patológica”. Em 1965, na 8^a Revisão da Classificação Internacional de doenças, o termo permaneceu, desta vez, em outra categoria, a 302, “desvio e transtornos sexuais” (Carneiro, 2015). A 9^a Revisão da CID manteve esta classificação. Entretanto, a mesma passou a ser fortemente criticada por profissionais da medicina, psiquiatria e psicologia, além de ser rejeitada por militantes dos movimentos homossexuais (Idem, 2015).

Conforme destacado anteriormente, desde que o Movimento Homossexual Brasileiro surgiu, no final dos anos 1970, os grupos militantes tiveram entre suas bandeiras a luta pela despatologização da homossexualidade. No primeiro encontro de grupos de militância homossexual, em 1979, a prioridade da luta contra a despatologização da homossexualidade foi estabelecida. No ano seguinte, reforçada em dois eventos: no 1º Encontro de

Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e no 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais.

Nestas reuniões, os militantes homossexuais decidiram reivindicar a exclusão do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID), adotado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). E a estratégia consistia em criar, juntamente à profissionais da área da saúde, grupos de estudos sobre a despatologização da homossexualidade. Estes grupos debateriam o tema e conquistariam adesões à causa. Os militantes combinaram que pressionariam órgãos de saúde, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Federal de Psicologia, para que estes reconhecessem que a homossexualidade não é uma doença, mas constituidora da diversidade sexual humana (Câmara, 2002).

O grupo “Somos” teve destaque no início destas articulações, mas não deu continuidade ao trabalho, pois encerrou suas atividades em 1982. O Grupo Gay da Bahia (GGB), em contrapartida, liderou a luta, organizando manifestações nos encontros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O GGB conseguiu o apoio do então ministro da Previdência Social, dr. Jair Soares. Além disto, organizou um abaixo-assinado com mais de 16 mil assinaturas,

que contou com a assinatura de renomados antropólogos, professores de reconhecidas universidades públicas brasileiras. O abaixo-assinado conquistou a adesão da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), entre outras instituições (Idem, 2002).

Em fevereiro de 1985 o Conselho Federal de Medicina atendeu à reivindicação do Movimento Homossexual Brasileiro e retirou o “homossexualismo” do código 302.0. O CFM reconheceu antes da Organização Mundial de Saúde, que só o fez em 1990. Finalmente, o Conselho Federal de Psicologia, através da resolução 1/1999, proibiu profissionais da área de oferecerem cura ou tratamento para a homossexualidade, considerando que a mesma não é uma doença, mas constituidora da diversidade sexual humana (Gama, 2019).

2.3. O desenvolvimento dos movimentos brasileiros de travestis e transexuais

Ao longo da década de 1960, o termo travesti possuía uma conotação diferente da que lhe é conferida atualmente, significando um estado temporário. As expressões em uso na época eram “estar em travesti”, ou “estar travestido” (Carvalho; Carrara, 2013, p.322). Tal condição ocorria quando homens gays efeminados se vestiam de mulheres

em carnavais e concursos. Aos poucos, o termo passou a se referir a uma categoria identitária.

Em termos políticos, o movimento das travestis não se organizou concomitantemente ao Movimento Homossexual Brasileiro, mas apenas a partir da década de 1990. Tal organização se deu de dois modos: de forma autônoma, em resposta à violência policial que estas sofriam nos locais de prostituição e por intermédio de Organizações Não Governamentais que combatiam o HIV/aids, que se alastrava entre as travestis (Idem, 2013).

Em 1992 foi criada a primeira associação brasileira de travestis, a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL), cujas primeiras ações visaram impedir prisões arbitrárias das travestis no Rio de Janeiro, durante os seus horários de trabalho (Idem, 2013). Em 1993 ocorreu no Rio de Janeiro o 1º Encontro Nacional de Travestis, o ENTLAIDS, que contou com a participação de noventa e cinco participantes, de cinco estados. A partir deste encontro novos grupos militantes foram formados, como a Associação de Travestis de Salvador, em 1995, a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (UNIDAS), em Aracajú, em 1999, entre outras. Entre esses grupos, alguns adotaram formatos de Organizações Não Governamentais (ONGs). Parcerias foram desenvolvidas entre o Ministério da Saúde e grupos militantes, visando o combate ao HIV/ aids e às demais

doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Aos poucos foi sendo constituída uma rede de grupos travestis, a RENATA (Idem, 2013).

A partir dos anos 2000, mulheres trans passaram a se articular politicamente, se associando aos movimentos de travestis. Surgiram entidades nacionais que englobavam essas duas identidades, como a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) (Jesus, 2018).

Entretanto, apesar das associações entre travestis e mulheres trans, tensões identitárias ocorreram e ocorrem entre estas identidades. Como exemplo, podemos citar as tensões que surgiram entre mulheres trans de outros países e travestis brasileiras durante o V ENTLAIDS, ocorrido em São Paulo, em 1997. Mulheres trans estrangeiras tentaram convencer as militantes travestis brasileiras a substituírem a categoria “travesti” por “transexual”, que englobaria as identidades travestis e trans. Elas alegaram que um termo único facilitaria o processo de captação de recursos. Entretanto, tal sugestão não foi bem recebida entre as travestis que se identificavam enquanto tais e queriam manter suas identidades. Posteriormente, foi sugerido o termo “transgênero”, que não foi bem aceito nem por travestis, nem por mulheres trans brasileiras. Prevaleceram os termos “travesti”, “transexual”, “trans” ou “pessoa trans” (Carvalho; Carrara, 2013).

Além das tensões entre travestis e mulheres trans, existem tensões internas aos movimentos de mulheres trans. É recorrente a queixa por parte de mulheres trans militantes de que companheiras de luta abandonam a militância após as realizações das cirurgias de redesignação de gênero, migrando para os movimentos feministas (Idem, 2013).

Os homens trans ingressaram mais tarde nos movimentos de pessoas trans do que as travestis e mulheres trans (Peixe; Morelli, 2018). Xande Peixe foi um dos primeiros homens trans a lutar pela inclusão dos homens trans no movimento LGBTQIAPN+. Entretanto, foi somente em 2011, no 18º ENTLAIDS, que essa reivindicação foi formalmente aceita (Idem, 2018).

O primeiro encontro nacional que reuniu mulheres e homens trans aconteceu em 2012, em Belo Horizonte. Neste encontro, alguns dos homens trans presentes se sentiram discriminados pelas mulheres trans, que não os reconheceram enquanto homens alegando que estes não possuíam pênis. Uma queixa recorrente dos homens trans é que estes são acusados de quererem gozar dos privilégios da masculinidade, ao mesmo tempo em que não são reconhecidos enquanto homens (Nery, 2018).

Em 2012 foi fundada a primeira organização dos homens trans, a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT). Entre as principais demandas da ABHT estavam

a despatologização da transexualidade, o uso do nome social e a aprovação de leis anti-discriminatórias. Em 2013, foi criado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), visando realizar pesquisas, promover discussões e incentivar a militância dos homens trans (Idem, 2018)

2.4. A despatologização da transexualidade

Ao longo da História, nem sempre a transexualidade foi patologizada. Diferentes culturas lidaram e lidam com a transexualidade de diferentes modos (Jesus, 2018). Entretanto, com o advento da era moderna, conforme destacado por Foucault (1980), os discursos científicos sobre sexo foram construindo os comportamentos definidos como normais e como anormais. Tal qual ocorreu em relação à homossexualidade, a transexualidade também se transformou em um objeto de conhecimento a ser pesquisado, analisado, descrito. Lentamente, assim como ocorreu com a homossexualidade, a transexualidade foi se deslocando do campo da moralidade para a área médica (Maia; Pires, 2018).

Os primeiros estudos sobre a transexualidade surgiram na área da Psiquiatria. O termo transexualismo foi empregado pela primeira vez em 1910 pelo sexólogo alemão Magnus Hirschfeld. A primeira cirurgia de redesignação sexual foi realizada por um aluno de Hirschfeld, Felix Abraham, em 1921. Entretanto, esta cirurgia não foi

publicizada, fato que só ocorreu trinta e um anos depois, com uma cirurgia realizada na Dinamarca (Idem, 2018).

Alguns autores exerceiram grande influência nas concepções sobre a transexualidade. O endocrinologista Harry Benjamin reforçou as diferenciações entre homossexuais e transexuais, além de formular alguns critérios para classificar determinado indivíduo como transexual, assim como diretrizes para tratamentos e assistências às pessoas trans (Idem, 2018).

O psiquiatra John Money desenvolveu diferenciações teóricas entre o sexo biológico e o gênero, este último entendido a partir dos papéis socialmente construídos em relação a homens e mulheres. Money destacou que nem sempre as pessoas nascidas com determinado sexo biológico se identificam com o gênero socialmente esperado. Money desenvolveu a ideia de que na transexualidade há uma incoerência entre sexo biológico e gênero (Arán; Murta; Lionço, 2009).

O psiquiatra Robert Stoller desenvolveu uma influente definição de “transexualismo”, baseada em três aspectos: sentimento de pertencimento ao gênero que não corresponde ao seu sexo biológico; estranhamento em relação aos órgãos genitais; identificação com o progenitor do gênero com o qual o indivíduo se identifica. Uma importante contribuição de Stoller foi afastar qualquer suspeita de que

a transexualidade poderia ser compreendida como uma espécie de psicose. Stoller ressaltou que a transexualidade não afeta a capacidade de integração social das pessoas (Idem, 2009).

Em 1980 o termo “transexualismo” foi incluído pela Associação de Psiquiatria Americana no “Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais” (DSM III), na época em que o termo “homossexualismo” foi excluído do mesmo. Em 1994, na edição seguinte do manual, o termo “transexualismo” foi substituído por “Transtorno de Identidade de Gênero” (Idem, 2009).

Em 1994, a Organização Mundial de Saúde incluiu o termo “transtorno da identidade sexual” na Classificação Internacional de Doenças (CID-10). A partir disto, o processo transexualizador ficou vinculado ao diagnóstico psiquiátrico de transtorno de identidade de gênero ou sexual. Tal medida foi considerada por militantes trans como o endossamento de padrões heterossexistas e cissexistas, além da negação da pluralidade das vivências de gênero (Petry; Meier, 2011).

Após muitas mobilizações de redes de ativistas trans, a CID-11 apresentou importantes modificações (Maia; Pires, 2018). A transexualidade foi incluída no capítulo “Condições relacionadas à saúde sexual”, sob o termo “Incongruência de Gênero” (Organização Mundial de Saúde, CID -11, 2019). Esta

expressão foi escolhida como categoria descriptiva de uma condição de sofrimento experimentado por pessoas não cisgêneras e pretendeu afastar conotações patologizantes. Contudo, a mesma ainda recebe críticas de militantes trans que afirmam que a expressão possui conotação negativa.

Ainda que a expressão não seja considerada plenamente adequada por parte de pessoas trans, os avanços em termos da despatologização da transexualidade foram inegáveis e tiveram caráter político. As modificações das nomeações dos termos nos manuais de diagnósticos e classificações de doenças refletem transformações de concepções a respeito da transexualidade. Tais mudanças foram suscitadas pelas redes de militantes transexuais que questionaram os discursos médicos patologizantes. Tratou-se e ainda se trata de uma luta contra estigmatizações das pessoas trans (Maia; Pires, 2018).

No que concerne às políticas públicas voltas às pessoas trans, no Brasil podemos destacar o Processo Transexualizador, do Sistema Único de Saúde (SUS), iniciado em 2008 e ampliado em 2013. Esse processo visa viabilizar o acesso a tratamentos corporais de adequação à identidade de gênero às pessoas trans e deve ser pautado no respeito à dignidade dessas pessoas, o que inclui o reconhecimento de seus nomes sociais (Neves, 2019).

Contudo, o processo de implementação dessa política pública no Brasil é marcado por desigualdades regionais. Para que um hospital público possa oferecer o Processo Transexualizador é preciso que o mesmo seja habilitado pelo Ministério da Saúde, nos termos previstos pela Portaria 2803/2013. Há duas possibilidades de habilitação: a ambulatorial, que oferece hormonioterapia e acompanhamentos pré e pós-operatórios, e a hospitalar, que, oferece cirurgias de transgenitalização, além de acompanhamentos pré e pós-operatórios (Rocon et all, 2019). Segundo o Ministério da Saúde (s/d), na modalidade exclusivamente ambulatorial, atualmente, neste ano de 2024, há dois hospitais habilitados no sul, nove no sudeste, cinco no centro-oeste, seis no nordeste e nenhum no norte. Na modalidade hospitalar, há dois hospitais habilitados no sul, três no sudeste, dois no centro-oeste, um no nordeste e um no norte (Ministério da Saúde, s/d).

No norte, o primeiro ambulatório trans foi criado apenas em 2016, em Belém do Pará, após quase uma década do Processo Transexualizador ter se tornado uma política do SUS. No estado do Amazonas, as políticas voltadas às pessoas trans ainda estão menos desenvolvidas, incluindo apenas práticas profiláticas contra doenças sexualmente transmissíveis e orientações sobre hormonioterapia. Mesmo assim, em Manaus, tais políticas só foram impulsionadas

devido às persistentes lutas dos movimentos de pessoas trans, que se articularam a instituições como a Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas (SUSAM), a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) e a Universidade do Estado do Amazonas (Neves; Sívori, 2024).

Além das desigualdades regionais em relação ao acesso aos hospitais habilitados a realizarem o processo transexualizador, há outras barreiras que atrapalham as pessoas trans a buscarem esses serviços de saúde. Experiências negativas das pessoas trans na utilização desses e de outros serviços de saúde, as afastam dos postos de saúde e hospitais. Entre tais experiências negativas, podemos citar o despreparo de profissionais da saúde para lidarem com pessoas trans, muitas vezes não se referindo a essas últimas pelos seus nomes sociais, mas pelos nomes “mortos”, de batismo (Medeiros et al, 2024). Essas experiências negativas geram traumas e acabam levando pessoas trans a buscarem tratamentos de saúde de modo informal, através da rede de amigos e ou de informações encontradas na internet (Idem, 2024; Neves, 2019).

Assim, apesar da importância inegável das mudanças ocorridas na Classificação Internacional de Doenças, ainda há muitas demandas a serem alcançadas por parte das pessoas trans, como o pleno acesso ao sistema de saúde, com tratamento respeitoso e digno, a reparação dos *déficits*

educacionais, a inserção no mercado de trabalho, o fim da estigmatização, o reconhecimento de que existem crianças e adolescentes trans (Jesus, 2018), o direito às transformações corporais sem a necessidade do aval de juntas médicas especializadas (Maia; Pires, 2018).

3. Maior aceitação de orientações sexuais não hegemônicas do que de identidades de gênero não hegemônicas

Ao falarmos sobre a maior aceitação de orientação sexuais não hegemônicas em relação às identidades de gênero não hegemônicas é importante nos reportarmos ao trabalho de Mário Lima Carvalho e Sérgio Carrara (2013). Ambos retomam um aspecto do estudo de Fry e MacRae (1985), no qual esses últimos falam sobre as “bichas” e os “bofes”. Conforme analisado por Fry e MacRae (1985), no universo gay brasileiro dos anos 1960, haveria as “bichas” (homossexuais masculinos efeminados), e os “bofes” (homossexuais masculinos viris). As “bichas” exerceriam o papel passivo no sexo, enquanto os “bofes” exerceriam papel ativo. Essas relações reproduziriam as normas heterossexuais, de modo que as “bichas” corresponderiam às mulheres e exerceriam papéis femininos, enquanto os “bofes” corresponderiam aos homens e exerceriam papéis masculinos. De modo análogo, assim como as mulheres

gozam de menos prestígio do que os homens, as “bichas” também possuiriam menos prestígio que os “bofes”.

Esta questão nos remete aos apontamentos de Welzer-Lang (2001). A classificação binária de gênero hierarquiza homens e mulheres e é mantida a partir de violências que incidem sobre ambos. Os homens são colocados como hierarquicamente superiores às mulheres, mas para manterem a dominação masculina precisam recusar características associadas à feminilidade. Os homens que exibirem características associadas às mulheres ou à feminilidade são rebaixados à categoria das mulheres, passando a receber os mesmos tratamentos sociais que elas. Butler (1999) destaca que, segundo essa classificação binária, as mulheres também são incentivadas a se afastarem de características associadas à masculinidade. Neste contexto, mulheres masculinizadas que desejam outras mulheres são rebaixadas de suas condições enquanto mulheres, tornando-se, de certo modo, menos mulheres, passando a serem vistas quase como se fossem homens, porém, sem o prestígio correspondente à condição masculina.

No final dos anos 1960, a dicotomia entre “bicha” e “bofe” foi substituída pela categoria “entendido”, que se referia indistintamente aos homossexuais, independentemente dos papéis sexuais exercidos. Entretanto, conforme observaram Carvalho e Carrara (2013), a partir do trabalho

de Costa (2010) sobre o jornal *Snob*, que circulava na época da popularização da palavra “entendido”, havia nas páginas do jornal trocas de ofensas entre “bichas” e “entendidos”. As “bichas” chamavam os “entendidos” de enrustedos, enquanto estes últimos acusavam as “bichas” de não contribuírem para a construção de uma imagem digna para os homossexuais. Mas por que as “bichas” atrapalhariam na construção de uma imagem positiva para os homossexuais masculinos? Isto não se deveria às suas orientações sexuais, mas às suas performances de gênero feminilizadas.

Conforme mencionado anteriormente, durante a participação do Movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987, esta questão surgiu nos debates parlamentares. Em seu pronunciamento como representante do MHB à Constituinte, João Antônio Mascarenhas ressaltou que, naquela ocasião, estava representando os gays, que por seus turnos, eram bem diferentes das travestis (Mascarenhas, 1987, p. 101). Segundo Lima Carvalho e Carrara (2013), tal postura de dissociação entre os gays e as travestis representou uma tentativa de buscar respeitabilidade para o movimento político dos gays na época da ANC. Tratou-se de uma maneira de dissociar estes últimos de posturas contestatórias, mas também um modo de separar os gays da feminilidade. Ademais, a decisão por apresentar à Constituinte uma reivindicação

em torno do termo “orientação sexual” evidenciou a escolha por enfatizar o desejo sexual ao invés de enfatizar a identidade de gênero. Ressalta-se também, é bem verdade, que o conceito identidade de gênero ainda não tinha se tornado tão conhecido no Brasil à época da Constituinte, o que só ocorreu a partir dos anos 1990, com a chegada dos estudos *queer* ao país (Colling, 2018).

Considerações finais

O artigo refletiu sobre as possíveis razões que levaram a despatologização da homossexualidade a ser reconhecida quase trinta anos antes da despatologização da transexualidade. A partir da reconstituição histórica dos movimentos homossexuais, relacionados à orientação sexual, e dos movimentos trans, relacionados à identidade de gênero, vimos que os primeiros foram pioneiros em termos de articulação política visando a despatologização. Esta pode ser uma das razões que levaram ao pioneirismo da despatologização da homossexualidade em relação à despatologização da transexualidade.

A pesquisa de reconstituição histórica exposta neste artigo mostrou que conflitos identitários internos aos movimentos sociais das minorias sexuais podem ter atrasado as articulações políticas entre movimentos homossexuais e transexuais, além de fatores interseccionais. Conforme

apresentado ao longo do artigo, nas décadas de 1970 e 1980, enquanto militantes gays e lésbicas tinham origens majoritariamente nas classes médias, as travestis, em geral, possuíam origens humildes e menores graus de escolaridade. No processo de articulação política de gays e lésbicas na Assembleia Nacional Constituinte, no qual se lutou pela inclusão da proibição de discriminação em relação à orientação sexual no texto constitucional, o representante do Movimento Homossexual Brasileiro enfatizou as diferenças entre os homossexuais e as travestis, na época concebidas como um tipo de homossexual masculino e referidas por pronomes masculinos. Ele agiu dessa forma buscando maior credibilidade para o Movimento Homossexual Brasileiro, o qual representava. Neste contexto, pessoas transexuais, tanto mulheres quanto homens, seguiam invisibilizadas. Assim como pessoas não-binárias.

Além disto, vimos que culturalmente há uma aceitação maior em relação às orientações sexuais não hegemônicas do que em relação às identidades de gênero que fogem aos padrões hegemônicos. Mesmo entre os homossexuais, há uma aceitação maior entre aqueles que apresentam performances de gênero em maior conformidade aos padrões hetero e cissexistas. De modo geral, posturas consideradas mais discretas tendem a sofrerem menos rejeições sociais e lgbtqiapn+fobia. Esse comportamento

foi observado até mesmo internamente aos movimentos das minorias sexuais, que tenderam ao longo dos anos a valorizarem mais os homossexuais masculinos viris do que os homossexuais masculinos efeminados, a aceitarem melhor as mulheres feminilizadas, ainda que lésbicas, do que as mulheres masculinizadas, e assim por diante.

A hipótese levantada para jogar luz a este fenômeno e aumentar sua compreensão se baseou nas reflexões de Butler (1999) e Welzer-Lang (2001), segundo as quais as rejeições a performances de gênero que se afastem de padrões heteronormativos e cismáticos se devem à força do sistema binarista de gênero. Esse último classifica as pessoas entre homens ou mulheres, superiorizando os primeiros em relação às últimas. Há claras distinções entre os papéis de gênero que sustentam o binarismo de gênero. Os indivíduos que fogem a essas classificações são vistos como ameaçadores à dicotomia de gênero, aos papéis tradicionais de gênero e à dominação masculina. O mesmo não ocorre necessariamente em relação aos indivíduos homossexuais, principalmente em relação àqueles que se mantêm dentro das expectativas dos papéis de gênero concebidos socialmente como lhes sendo correspondentes. Apesar de apresentarem comportamentos disruptivos no que se refere a orientação sexual, o mesmo não ocorre em relação aos papéis de gênero, o que os tornam menos ameaçadores.

Assim, a tardia articulação política dos movimentos relacionados à identidade de gênero em relação aos movimentos vinculados à orientação sexual, bem como uma maior rejeição social de identidades de gênero não hegemônicas do que de orientações sexuais não hegemônicas, contribuíram para a despatologização da homossexualidade ter sido reconhecida mais de duas décadas antes da despatologização da transexualidade.

REFERÊNCIAS

- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. “Transexualidade e saúde pública no Brasil”. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 14, nº4, p.1141-1149, jul. 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual:** a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.
- CARDOSO, Max Santos. **Por uma história do movimento homossexual em Sergipe.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2021. 119 p.
- CARNEIRO, Ailton. **A morte da clínica:** movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978 - 1990) (online). Disponível em:<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024.
- CARVALHO, Mario Felipe Lima ; CARRARA, Sérgio. “Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil”. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, set. 2013.
- COLLING, Leandro. “Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio & FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018, p.515 a 531.
- COSTA, Rogério. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960:** relatos do jornal O Snob. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens culturais.

Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil, CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.128p.

DOMINGUES, José Maurício. **Interpretando a modernidade: imaginário e instituições**. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

FACCHINI, Regina. “Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os quarenta anos do movimento LGBT”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p. 311 – 330.

FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Marisa. “Ações lésbicas”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p. 91 – 120.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

FRY, Peter; MacRae, Edward. **O que é a homossexualidade**. São Paulo: Brasil Cultural: Brasiliense, 1985.

GAMA, Maria Clara. “Cura gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade”. **Sexualidad, salud y sociedad – Revista Latinoamericana**. Rio de Janeiro, (31), p.4- 27, 2019.

GAMA, Maria Clara. “O Movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/88)”. **Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura**, Cuiabá, vol. 4, n. 14 (2021), p. 82–108, dez. 2021.

GOMES, Juliana. **Por um constitucionalismo difuso: cidadãos, movimentos sociais e o significado da Constituição.** Salvador: JusPODVM, 2016.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório da violência.** [online]. Disponível em:< <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>>. Acesso em 10 nov. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes. “Travessia: caminhos da população trans na história”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Editora Alameda, 2018, p.379- 392.

MAIA, Gabriela; PIRES, Gabriela. **As transformações no dispositivo da transexualidade a partir da luta pela despatologização** [online]. Disponível em: < <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18825>>. Acesso em: 09 set. 2024.

MEDEIROS, Mateus Alves; GOMES, Sávio Marcelino; Spinelli Júnior, Vamberto Fernandes. “Fatores de estresse e resiliência no acesso e utilização de serviço de saúde por travestis e mulheres transexuais no nordeste brasileiro”. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33. N. 1, p.1-10, jul. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção especializada no processo transexualizador – modalidade ambulatorial** [online]. Disponível em https://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Habilitacoes_Listar.asp?VTipo=3002&VListar=1&VEstado=00&VMun=&VComp=&VCondutor=10&VTitulo=H. Acesso em 09 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção especializada no processo transexualizador – modalidade hospitalar** [online]. Disponível em: https://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Habilitacoes_Listar.

asp?VTipo=3003&VListar=1&VEstado=00&VMun=&VComp=&VContador=3&VTitulo=H. Acesso em 09 nov. 2024.

MOTT, Luiz. “O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p. 211-225.

NERY, João. “Transmasculinos: invisibilidade e luta”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p.393 - 404.

NEVES, André Luiz Machado. **Política é vida: ativismo e saúde trans em Manaus**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. 180 p.

NEVES, André Luiz Machado das; SÍVORI, Horacio Federico. “Ação política em saúde de pessoas trans em Manaus, Amazonas, Brasil”. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1 , p.1-10, jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação Internacional de Doenças - CID-11. Disponível em: <<https://icd.who.int/browsing/l-m/en>>. Acesso em 09 set. 2024.

PEIXE, Alexandre ; MORELLI, Fábio.“ ‘Homens do futuro’: o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p. 405 – 420.

PETRY, Analídia ; MEIER, Dagmar. “Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa”. **Textos e contextos**, Porto Alegre, v. 10, nº 1, jul. 2011.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e à identidade de gênero [online]. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 7 set. 2024.

SILVA JÚNIOR, Assis Moreira. “As minorias sexuais e as políticas públicas do governo federal: entre avanços e retrocessos”. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Bauru, v. 2, nº 2, p. 21- 54, jun. 2013.

SIMÕES, Júlio & FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

SOLIVA, Thiago Barcelos. “A confraria gay: um estudo sobre a trajetória da turma ok”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio e FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018, p. 121- 135.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2011, p.121 - 136.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro; BARROS, Maria Elizabete; WANDEKOKEN, Kallen. “Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde”. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu. v. 23. nov. 2019. p. 1- 14.

WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação de mulheres e homofobia///”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, V.9, nº 2, p. 460 – 482, jan. 2001.